

10 ANOS SEM AUMENTOS

BASTA

DE APERTOS NO FIM DO MÊS



AINDA NESTA EDIÇÃO:
**45 ANOS DO 25 DE ABRIL
SIADAP E REMUNERAÇÃO MÍNIMA
RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
E CONTAS DO STFPSN/ 2018**

Função Pública

Revista do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte

Abril 2019 • www.stfpsn.pt



45 ANOS DE LUTA

**ABRIL É
O NOSSO
FUTURO**

03 EDITORIAL

ORLANDO GONÇALVES

04 ARTIGO

ARMÉNIO CARLOS

06 TEMA

OS NÃO-AUMENTOS

08 ARTIGO JURÍDICO

SIADAP E REMUNERAÇÕES

10 OPINIÃO

CONTRADIÇÕES NOS APOIOS

11 STFPSN

RELATÓRIO E CONTAS

19 PROTOCOLOS

SAÚDE · UTILIDADES

20 FORMAÇÃO

QUALIFICA E NOVAS OFERTAS

22 ESTUDO

EUGÉNIO ROSA



**Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas
e Sociais do Norte**

Filiado na Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública,
Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional,
Confederação Portuguesa dos Quadros Técnicos e Científicos



ASSEMBLEIA-GERAL DE ASSOCIADOS DO STFPSN

Porto, 26 de abril de 2019

9H30 – Auditório da Sede do STFPSN

Rua Vasco de Lobeira, nº 47, Porto

Ao abrigo do artigo 62º, nºs 1 e 2, convoco a Assembleia-Geral Ordinária do STFPSN para, nos termos previstos no artigo 61º, nº 1, alínea b) e 56º, alínea c), todos dos Estatutos do STFPSN, reunir no próximo dia **26 de abril de 2019**, pelas **9H30** no Auditório da Sede do STFPSN, sito à Rua Vasco de Lobeira, nº 47, no Porto com a Ordem de Trabalhos que abaixo se indica.

Nos termos do artigo 63º, nº 1 dos citados Estatutos, a Assembleia-Geral funcionará à hora marcada, verificada que seja a existência de *quórum*, ou uma hora mais tarde, com qualquer número de associados presentes.

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Discussão e aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2018

Porto, 8 de março de 2019

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral


(Valdemar Madureira)

PORTO - Sede

Rua Vasco de Lobeira, nº 47/51
4249-009 Porto
T. 225574060 | F. 225507257
geral.porto@stfpsn.pt

BRAGA - Delegação

Avª Imaculada Conceição, nº 388
4700-034 Braga
T. 253610712 | F. 253267361
geral.braga@stfpsn.pt

BRAGANÇA - Delegação

Edifício Translande, Avª Sá Carneiro, r/c, loja 33
5300-252 Bragança
T. 273331642 | F. 273100120
geral.braganca@stfpsn.pt

VIANA DO CASTELO - Delegação

Rua do Anjinho, nº 43 – 45
4900-320 Viana do Castelo
T. 258823218 | F. 258070255
geral.viana@stfpsn.pt

VILA REAL - Delegação

Rua Marechal Teixeira Rebelo, 13, Loja S
5000-525 Vila Real
T. 259324737 | M. 968481132 | F. 259100184
geral.vilareal@stfpsn.pt



45 ANOS DA REVOLUÇÃO

**ABRIL É
O NOSSO
FUTURO**

Editorial



Orlando Gonçalves

Coordenador do STFPSN

Caros Associados,

Nada melhor do que fazer um balanço do que foi a atividade sindical do ano de 2018, mas também do que foi a legislatura do governo que já se encontra em fase de aquecimento para as legislativas de outubro de 2019.

É bom recordar que, fruto da luta dos trabalhadores, nomeadamente com a greve geral de 29 de janeiro de 2016, foi possível assistir-se a uma inversão dos efeitos de algumas políticas anteriormente tomadas e à recuperação de alguns direitos laborais, designadamente, à reposição do horário semanal de 35 horas para a maioria dos trabalhadores da Administração Pública, à devolução gradual dos cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública, à restituição dos feriados nacionais e ao desagravamento da sobretaxa de IRS.

No entanto, a verdade é que o governo tarda em consagrar medidas que resolvam os problemas laborais. Não tenhamos dúvidas. Em matéria salarial, decorridos 10 anos sobre o último aumento salarial, os trabalhadores da Administração Pública, na sua maioria, continuam sem vislumbrar um cêntimo de aumento quando o governo teve todas condições conjunturais, quer económicas, quer políticas, fruto da correlação de forças existente na Assembleia da República.

O governo tentou, numa manobra de malabarismo, dizer aos trabalhadores e à opinião pública que operou um grande aumento para os trabalhadores com rendimentos mais baixos, quando na verdade não passou, para a esmagadora maioria, de uma antecipação na progressão da carreira, uma vez que ficaram sem os pontos acumulados ao longo da carreira.

A falta de revisão da tabela remuneratória única (TRU) e a falta de equidade entre níveis provocou um esmagamento entre as carreiras de regime geral criando com

isso injustiças e descontentamento entre os trabalhadores, tendo como consequência a desvalorização das carreiras de grau de complexidade II, sem que com isto tenha sido valorizada, devidamente, a de grau de complexidade I.

É claro que a problemática dos aumentos salariais não pode deixar de estar dissociada da negociação e revisão das carreiras profissionais. De facto, constam das propostas dos Sindicatos apresentadas ao governo, a revisão da totalidade da TRU ao invés da sua contração, a recuperação das carreiras profissionais, ao contrário da aglutinação descaracterizada, propostas que não foram consideradas pelo executivo governamental.

É claro que os interesses financeiros continuam a sobrepor-se aos dos trabalhadores como fomos observando no quadro da atual legislatura. Para tal, contribuíram questões fundamentais como são a recusa da revogação das normas mais gravosas da legislação laboral, a recusa da reposição do pagamento integral do trabalho suplementar, a não devolução dos 25 dias úteis de férias, a continuidade da caducidade das convenções coletivas, a recusa de aumentos salariais anuais e a desconsideração quanto à negociação e revisão das carreiras e profissões na Administração Pública.

Neste contexto, os problemas laborais continuam marcados por graves injustiças e dificuldades profundas num quadro político e económico que, em vez de solucionar insiste em não dar resposta. Esta legislatura fica marcada pela evidente postura arrogante de um governo minoritário que desvalorizou a negociação e de desconsideração quanto às propostas sindicais que lhe foram apresentadas perdendo a oportunidade de responder de forma positiva aos justos anseios e expectativas dos trabalhadores.



AVANÇAR NOS DIREITOS PARA AFIRMAR OS VALORES DE ABRIL

**ARMÉNIO
CARLOS**

“ Aproveitemos pois, esta oportunidade, para com o nosso voto dar mais força aos valores de Abril, às conquistas laborais e sociais de Maio, ao avanço nos direitos e a um Portugal desenvolvido e soberano. ”

Falar do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (STFPPSN) é falar da liberdade e da democracia conquistadas com a Revolução de Abril, consolidada e ampliada no plano dos direitos, liberdades e garantias com a saída à rua de milhões de trabalhadores em todo o país, no 1º de Maio de 1974.

Sindicato de Abril, nasceu e afirmou-se na sociedade portuguesa por vontade expressa dos trabalhadores da Função Pública, enquanto protagonistas deste projecto sindical. Um projecto que se credibilizou pelo rigor, coerência, proposta e capacidade de luta daqueles que cumprindo com os seus deveres exigem que os seus direitos sejam respeitados e valorizados.

Uma luta que importa intensificar não só pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, mas também pela elevação da qualidade dos serviços públicos a prestar à população.

Sim, os trabalhadores têm razões acrescidas do ponto de vista moral e profissional para exigir que o Governo responda positivamente às suas reivindicações. Foram eles que no período da troika evitaram o colapso de muitos serviços públicos. São eles que hoje, apesar de fustigados com a falta de pessoal e as cativações decretadas pelo Ministério das Finanças, continuam a assegurar a prestação de serviços públicos fundamentais para o bem-estar da população.

Não faz, por isso, qualquer sentido que o dinheiro que o Governo diz não ter para os salários e carreiras, continue a ser desviado para ocorrer a necessidades de bancos privados e a negócios com o Fundo Loud Star, onde nós somos chamados para suportar os prejuízos, enquanto eles são convocados para receber os lucros.

É hora de dizer basta!

É tempo de olhar mais para as pessoas e menos para a obsessão da redução do défice que amputa o investimento público, deixa mais de 600 mil trabalhadores da Administração Pública pelo décimo ano consecutivo sem

atualização salarial e é responsável pela carência de resposta de vários serviços públicos.

Num tempo em que celebramos a revolução dos cravos, como um dos momentos marcantes da história de um país com mais de 800 anos, é preciso que os trabalhadores levantem a voz e elevem a luta contra a proposta de lei do Governo do PS que fomenta a precariedade, desregula os horários de trabalho, renega a negociação, ataca a contratação e reduz os rendimentos.

Defender e afirmar os valores de Abril é também lutar pela valorização dos trabalhadores, avançando na me-

lhoria dos seus salários, dignificando as profissões e as carreiras, combatendo a precariedade e acabando com o trabalho parcial para a prestação de funções permanentes, respeitando os direitos dos trabalhadores das IPSS e das Misericórdias, organizações do sector social que, por norma, recebem muito e pagam pouco.

É por tudo isto, que, no dia 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador, vamos estar nas praças e ruas das cidades do continente e Regiões Autónomas a exigir que o trabalho deixe de ser o parente pobre da política deste Governo para passar a ser o elemento central de um Portugal de progresso e justiça social.

Uma luta que não pára e que é preciso levar para as eleições.

Apresentando a todos os partidos as propostas da CGTP-IN para que os trabalhadores saibam atempadamente quem está connosco e quem está do outro lado. Uma participação que para além de cidadã deve reflectir no voto o sentimento e a exigência dos trabalhadores na resposta aos seus problemas e anseios e o apoio aos que sempre estiveram com as lutas da CGTP-IN e dos assalariados.

Aproveitemos pois, esta oportunidade, para com o nosso voto dar mais força aos valores de Abril, às conquistas laborais e sociais de Maio, ao avanço nos direitos e a um Portugal desenvolvido e soberano.

**“
E tal como
um dia, disse
Vinícius de
Moraes,
“do céu só cai
chuva, o resto
é luta!”
”**



10 ANOS SEM AUMENTOS

BASTA

DE APERTOS NO FIM DO MÊS



É importante lembrar que foi a luta determinada e decisiva dos trabalhadores da Administração Pública que tornou possível reverter algumas das medidas mais gravosas que PS, PSD e CDS implementaram contra os direitos e os serviços públicos nas últimas décadas.

Apesar de criadas as condições para uma efetiva mudança de políticas, o Governo PS tem falhado, por opção própria, na tomada de medidas que são cruciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública. Opções que não podem justificar-se com a falta de recursos financeiros, à medida que se vai vendo que para a banca não escasseiam apoios. Mas, ao contrário, para reforçar a qualidade dos serviços públicos e garantir aos trabalhadores justos aumentos, já não há disponibilidade.

Os trabalhadores em funções públicas e sociais continuam a defender que, uma proposta de Orçamento de Estado que verdadeiramente se identifique com o progresso e justiça social do país, tem de romper em definitivo com a política de precarização das relações laborais e de contínua perda do poder de compra das suas remunerações. Neste quadro, os trabalhadores da Administração Pública continuam a não ser valorizados em relação a salários, carreiras e, de uma forma geral, condições de trabalho.

E os trabalhadores não aceitam mais desculpas, a injustiça de que têm sido alvo é demasiado dura e dura há demasiado tempo. A luta vai intensificar-se, caso não sejam atendidas as reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública, e caso não haja o necessário investimento na melhoria dos serviços públicos, e será naturalmente uma luta que tem de ir até ao voto.

Os “nãos” somam-se. Mas a luta continua!

A teimosia do atual Governo PS tem resultado em grande prejuízo para os trabalhadores da Administração Pública. Não aumenta os salários. Não reconhece o direito à atualização salarial anual. Não atualiza grande parte das pensões de aposentação. Não revê a Tabela Remuneratória Única (TRU) no sentido de garantir a proporcionalidade entre as posições remuneratórias e assegurar rendimentos dignos e a progressão na carreira. Mantém o congelamento de várias prestações remuneratórias, como o trabalho suplementar, ajudas de custo, abono para falhas, entre outros. Não regulariza a contagem de tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integrados em corpos especiais. Não repõe o mínimo de 25 dias de férias e a majoração com a idade. Nega a reposição da aposentação aos 36 anos, independentemente da idade, e da forma de cálculo das pensões. Não investe nos serviços públicos, abrindo caminho à sua privatização. Não reconhece que a precariedade deve ser erradicada, vindo a insistir no PREVPAP, instrumento que já provou que não só não resolve uma série de situações gritantes de precariedade como, pelo contrário, serve para legitimar legalmente situações de falsos recibos verdes e de *outsourcing* na Administração Pública, deixando ainda de fora mais de 90% dos trabalhadores com vínculo precário na Administração Pública, identificados pelo governo. Transfere para as autarquias importantes funções sociais do Estado, pondo em causa o acesso das populações a estes serviços estruturantes, os direitos dos trabalhadores e desbravando o terreno para a privatização.

Fusões de carreiras na mira do Governo PS

Para além do descarado roubo de, nalguns casos, mais de 20 anos de Serviço, o objetivo último do governo é a fusão das Carreiras de Assistente Operacional e Assistente Técnico, finalizando o processo de destruição das Carreiras na Administração Pública, iniciado pelo governo PS-Sócrates. Não aceitamos o argumento de que não há dinheiro para aumentar os salários, sabendo que há 792 milhões de Euros para financiar a Banca, mais do dobro do previsto em 2018 para as progressões nas Carreiras da Administração pública.

Grosseira injustiça

Por força da luta dos trabalhadores, o governo, na decorrência do aumento (ainda que insuficiente) do Salário Mínimo Nacional, vem fixar o salário de entrada na Administração Pública na subsequente posição remuneratória (635€), aquém da justa proposta da Frente Comum e da CGTP de 650€ para todos os trabalhadores e das possibilidades que o crescimento económico permite.

Violando o princípio da proporcionalidade dos salários, o governo pretende apagar pontos que os trabalhadores adquiriram por direito próprio (10 pontos = 10 anos), roubando os pontos àqueles que beneficiariam com o aumento do Salário Mínimo Nacional, confundindo progressões com actualizações salariais.

Mas os trabalhadores da Administração Pública não desistem e continuarão, também, a sua luta! É uma luta de todos e que interessa a todos, pela valorização e democratização no acesso às funções sociais do Estado, com serviços públicos de qualidade e universais, que respondam aos anseios das populações e aos interesses de progresso do País.

Essas funções requerem trabalhadores dignificados, motivados, valorizados e com direitos. Não aceitamos um processo de descongelamento das progressões que além de injusto e insuficiente, com graves erros e desigualdades entre serviços, ainda exclui milhares de trabalhadores do Setor Empresarial do Estado. Não aceitamos que o governo deixe de fora mais de 600 mil trabalhadores que há uma década não têm aumentos.

Não desistimos de lutar

As reivindicações que movem os trabalhadores da Administração Pública são justas. Defendemos o aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60€. Queremos a revisão da tabela remuneratória única, com equidade entre níveis. Exigimos a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira e negociação das carreiras não-revistas.

Não desistiremos da batalha.

JURÍDICO

ARTIGO

SIADAP/ REUNIÃO DE AVALIAÇÃO REMUNERAÇÃO BASE MÍNIMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 635,07 EUROS

SIADAP – REUNIÃO DE AVALIAÇÃO

É necessário avaliar o biénio que terminou (2017-2018) e preparar a avaliação do biénio 2019-2020.

Está em vigor a Lei 66-B/2007 – que é o diploma central (que sugerimos que seja consultada no sítio da Procuradoria Geral Distrital de Lisboa em www.pgdlisboa.pt), o Decreto-Regulamentar 18/2009 (especificidades para os trabalhadores da Administração Local), a Portaria 759/2009 (especificidades para os trabalhadores não docentes do Ministério da Educação ou dos Municípios), Portaria 198-A/2012 (especificidades para os trabalhadores da Administração Tributária e Aduaneira), entre outros....

No sítio da DGAEP em www.dgaep.gov.pt é possível obter as fichas de avaliação e outros documentos de apoio. Sendo que na Portaria 359/2013 podem encontrar as instruções necessárias ao preenchimento das fichas.

Relativamente à avaliação do biénio 2017-2018 relembramos que os trabalhadores têm o dever de fazer a sua auto-avaliação (artigos 57º e 63º da Lei 66-B/2007) mediante o preenchimento da ficha de auto-avaliação (a auto-avaliação é obrigatória).

Têm que avaliar o desempenho que tiveram ao longo dos últimos 2 anos relativamente aos objetivos/resultados e às competências (ou apenas relativamente às competências no caso da opção ter sido avaliação apenas com competências). Destacamos aqui a importância que tem a fundamentação. Podem (e devem) apresentar evidências (ou exemplos concretos do desempenho) anexando à ficha de auto-avaliação os documentos que considerarem relevantes.

Há serviços em que não foi feita a contratualização dos objetivos/resultados e competências para o biénio 2017-2018 o que representa um incumprimento do disposto na Lei 66-B/2007, sendo que o diploma legal não prevê expressamente o procedimento a aplicar para resolver este incumprimento. A única solução (que não está plasmada no texto legal como se referiu) será o trabalhador ficar com a última avaliação atribuída (“arrasta” a última avaliação) ou, se não tiver ou não quiser, pode pedir a avaliação por ponderação curricular, pois não pode ficar sem avaliação.

A auto-avaliação deve ser entregue ao superior hierárquico (avaliador), conforme decorre do artigo 63º da Lei 66-B/2007, para que o avaliador considere a auto-avaliação quando estiver a fazer a avaliação do trabalhador.

De seguida, deve ser agendada reunião entre avaliador e trabalhador (prevista no artigo 65º) para que o avaliador dê a conhecer ao trabalhador a sua proposta de avaliação relativamente ao biénio 2017-2018 (nesta fase o trabalhador assina ou toma conhecimento da proposta de avaliação ainda que não concorde com a avaliação. Tomar conhecimento é diferente de concordar!). Na ficha de avaliação corresponde ao campo nº 4.

Nos casos em que há uma proposta de avaliação de Desempenho Relevante o trabalhador ainda irá ser chamado para tomar conhecimento se o Conselho Coordenador de Avaliação validou, ou não, esta avaliação que está sujeita às quotas.

Por fim, todos os trabalhadores têm ainda que tomar conhecimento da avaliação (final) depois de homologada. Neste caso têm que assinar o campo 13 da ficha de avaliação. Também aqui tomam conhecimento ainda

que não concordem (podendo apresentar reclamação no prazo de 5 dias úteis em caso de discordância).

No artigo 65º prevê-se ainda que na referida reunião de avaliação avaliador e trabalhador contratualizam os parâmetros para avaliação do biénio 2019-2020; ou seja, contratualizam quais os objetivos/resultados e competências (ou apenas competências) que devem considerar durante os próximos dois anos.

Uma vez feita a contratualização dos parâmetros, os trabalhadores devem ir verificando (com alguma regularidade) como decorre o cumprimento dos objetivos/resultados; devem ainda registar evidências do trabalho desenvolvido. Desta forma será muito mais fácil a monitorização e a realização da auto-avaliação e avaliação a realizar em 2021...

Do aqui referido resulta, então, que a reunião de avaliação entre superior hierárquico/avaliador e trabalhador/avaliado é muito importante, pois é o momento em que se avalia o biénio que terminou e se prepara o biénio que agora inicia.

Tem sido frequente esta reunião não se realizar... e os trabalhadores alegam que os meses passaram sem que o superior hierárquico marcasse a reunião. Ora, o artigo 65º refere expressamente que **a reunião de avaliação é marcada pelo avaliador ou requerida pelo trabalhador**. E se não for marcada o trabalhador poderá requerer ao dirigente máximo do serviço que a marque. O que significa que o trabalhador também pode ter um papel ativo neste procedimento.

Passamos agora a sugerir a forma como requerer ao superior hierárquico/avaliador a marcação da referida reunião – devendo existir o cuidado de a adaptar às especificidades de cada caso em concreto.

REMUNERAÇÃO BASE MÍNIMA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 635,07 EUROS

Por força da entrada em vigor do Decreto-Lei 29/2019, com efeitos a 01/01/2019, a remuneração mínima na Administração Pública passou a ser de 635,07 euros. Ou seja, nenhum trabalhador pode auferir remuneração inferior a este valor. Importa, então, que todos os trabalhadores verifiquem se estão a receber a remuneração pelo menos igual a este valor e se já foram pagos os retroativos.

Há muitos esclarecimentos já publicitados sobre este assunto. Em especial no Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Educação e Direção Geral da Administração e Emprego Público: <http://www.igefe.mec.pt/> e <https://www.dgaep.gov.pt/>

No site do Sindicato disponibilizamos em pdf a legislação, FAQs, Notas Informativas e Exemplos que têm sido divulgados pelas várias entidades.

Carla Margarida Costa | Jurista STFPSN

Exmº Sr (dirigido ao avaliador/superior hierárquico)

(data)

Assunto: reunião para contratualização dos parâmetros de avaliação

...(nome), (categoria), a exercer funções ... (serviço), tendo em vista a contratualização dos objetivos/resultados e competências para o biénio 2019/2020 venho requerer que seja agendada reunião de avaliação com o meu avaliador conforme expressamente previsto no nº 4 do artigo 65º da Lei 66-B/2007.

Espero Deferimento

(assinatura)

APOIO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS ECONOMIA SOCIAL

À BANCA VS



Valdemar Madureira

Presidente da Assembleia-Geral do STFPSN

Com o pacto de submissão e agressão, Portugal revelou a fragilidade da gestão privada do sistema financeiro, contagiando profundamente a banca pública sujeita às opções e práticas do mercado bancário privado.

Os sucessivos Governos PS, PSD, CDS optaram por injectar os necessários recursos de capital na banca privada sem exigir o pagamento desses resgates e sem acautelar o arresto ou nacionalização dos bens constantes dos balanços e dos grupos que os detinham. E os casos foram sucedendo, BCP, BPP, BPN, BANIF, BES, com injeções de fundos que, neste momento, se aproximam dos 18 mil milhões de euros. A corrupção, a fraude, o favorecimento individual e de grupos económicos estiveram por detrás desta situação, crimes que deveriam merecer o devido julgamento e a recuperação para o património público do património pessoal e familiar dos respectivos autores. Com o Novo Banco que sucedeu ao BES, o Estado depois de injectar 3,9 mil milhões de euros anunciou que mais 4 mil milhões seguiriam o mesmo caminho. Com todo este processo, se o dinheiro é do Povo Português também a gestão da banca privada deveria passar a ser pública.

Claro que este processo se enquadra nas regras da União Bancária que têm como objectivo último a concentração do sector bancário em grandes grupos financeiros dominados pelas grandes potências europeias, regras aprovadas na UE com oposição na sua totalidade dos deputados do PCP.

Mas se por esta via tem sido um esvair de recursos financeiros, pelo pagamento de juros da dívida têm saído recursos num montante esmagador de cerca de 100 mil milhões de euros desde a adesão ao Euro. No entanto, a dívida não pára de aumentar em termos absolutos, por exemplo, segundo os últimos dados do BP, entre Janeiro do ano passado e Janeiro deste ano verificou-se um aumento de 4 mil 157 milhões de euros. Esta realidade obriga a reclamar a necessidade urgente de se proceder à renegociação da dívida nos montantes, prazos e juros, conforme proposta já apresentada pelo PCP em 5 de Abril de 2011 que inicialmente e durante muito tempo não recolheu apoios mas que mais tarde, quando a evidência se confundia com a realidade, veio a obter a concordância de muitos sectores insuspeitos no aspecto partidário.

Esta realidade é ainda justificada pelo facto do saldo orçamental primário, isto é, a diferença entre as receitas e as despesas do Estado excluindo os juros, ter sido, segundo dados do INE, em 2017, de 5.838 milhões de euros, cerca de 3% do PIB, e no 3º trimestre de 2018, ainda não são conhecidos os dados finais de 2018, ir em 6.320 milhões de euros. Ora tais saldos têm servido fundamentalmente para pagar os juros da dívida e não

para amortizá-la. Estes saldos que se verificam há cinco anos justificam-se pelo aumento das receitas, essencialmente devido ao crescimento dos impostos indirectos que são cegos e atingem todos independentemente do seu rendimento, e a um menor aumento das despesas.

Aliás, as despesas com as funções sociais do Estado têm vindo a sofrer cortes substanciais com reflexo na qualidade dos serviços prestados por degradação das suas condições de funcionamento e nos direitos dos seus trabalhadores, designadamente em termos de remunerações salariais e progressão nas carreiras.

Considerando os dados da Direcção Geral do Orçamento, publicados pela PORDATA, vemos que em 2017, últimos conhecidos, em Educação foram gastos 7.289,2 milhões de euros, uma verba semelhante à que foi gasta em 2002. Ainda segundo a mesma fonte, também em 2017, em Saúde foram gastos 9.693,5 milhões de euros, uma verba inferior à que foi gasta em 2009.

Estes são apenas dois exemplos de sectores importantes, pela sua dimensão e impacto social, nas funções sociais do Estado mas nos restantes o panorama não será diferente.

Muitas vezes ouve-se, o próprio Primeiro-Ministro também já o disse, que não há dinheiro para tudo. Mas o tudo é muito vago e demasiado abrangente podendo incluir o impossível.

Os milhões de euros injectados na banca privada, apesar das fraudes, corrupção e crimes, os juros pagos por uma dívida impagável, os saldos orçamentais primários, a aposta em apresentar um défice inferior ao que a UE exige (cada décima a menos equivale a cerca de 200 milhões de euros), as PPP's, eram mais do que suficientes para termos funções sociais do Estado a cumprirem o seu papel, para respeitar os direitos dos trabalhadores a salários dignos e a progressão nas suas carreiras e para o investimento público de que o País tanto carece.

A opção que vem sendo tomada, degradando as condições de funcionamento dos serviços e desrespeitando os direitos dos trabalhadores é potenciadora da criação de melhor ambiente para a privatização de áreas que são muito apetecíveis para o sector privado.

A Economia Social, com componentes muito diversificadas, não deixa de sofrer dos mesmos constrangimentos, designadamente as organizações que contratualizam com o Estado a prestação de serviços sociais em regime de subsidiariedade. Os apertos, também, chegam a essas organizações que exercem funções supletivas por incapacidade ou desinteresse do Estado.

É possível mudar para garantir um futuro melhor, mas só com uma política alternativa!

PROPOSTA DE RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E CONTAS 2018

45 ANOS
**ABRIL É
O NOSSO
FUTURO**

Introdução

As atividades do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte (STFPSN) em 2018 foram marcadas pela luta constante dos trabalhadores, quer da Administração Pública, quer do setor da Economia Social dada a persistência do governo em não resolver os problemas estruturais da vida laboral dos trabalhadores.

Neste contexto, destacamos no quadro das reivindicações apresentadas ao longo do ano, o aumento geral de salários para todos os trabalhadores, do público e do privado, garantindo a fixação no mínimo de 650,00€, o verdadeiro combate à precariedade no vínculo laboral através de um efetivo processo de regularização de vínculos precários na Administração Pública garantindo um emprego seguro e com direitos, a redução do horário de trabalho exigindo a duração semanal de trabalho em 35 horas para todos os trabalhadores, a defesa da contratação coletiva, a revogação das normas mais gravosas da legislação laboral e a garantia da defesa das suas carreiras e estatutos profissionais.

São, por estas justas e legítimas aspirações e expectativas, que os trabalhadores aderiram em 2018 a um número tão significativo de greves, num universo concreto de 22 greves setoriais e de uma greve geral da Administração Pública a que acresce a participação em mais de uma dezena de manifestações/concentrações. Especial destaque para a realização inédita da concentração nacional dos trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no Porto, junto à Confederação patronal do setor com a presença de centenas de trabalhadores.

A observação de todas estas ações e a elevada participação dos trabalhadores são demonstrativas da importância da organização dos trabalhadores em torno dos sindicatos, enquanto instrumento de transformação social e político, capaz de operar mudanças que conduzam a uma sociedade mais justa e solidária.

Acresce, ainda no ano de 2018, a presença do STFPSN em reuniões de negociação e contratação coletiva, nomeadamente em reuniões de negociação de Acordos Coletivos de Empregador Público, de contratação coletiva, tais como, no Contrato Coletivo de Trabalho

da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), no Acordo da União da Misericórdias Portuguesas, da Cruz Vermelha Portuguesa, em reuniões de conciliação na Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e em reuniões de Comissões Paritárias;

Em termos organizacionais procedemos à contínua realização de contactos de proximidade com os trabalhadores nos seus locais de trabalho, quer através de reuniões de esclarecimento, quer através de visitas com objetivo de mobilização em torno das iniciativas abaixo descritas. Ainda no plano organizacional, e orientando a nossa intervenção no sentido de assegurarmos uma resposta mais forte e combativa, registamos 1044 novos associados e a eleição de 186 novos delegados sindicais.

De notar ainda no ano de 2018, a celebração de protocolo de parceria com o INOVINTER com o objetivo de ampliar o leque de oferta formativa aos nossos associados. Ainda no plano da prestação de serviços, salientamos a continuidade na atribuição do cartão BP que se tem traduzido numa utilização significativa do benefício.

No que concerne ao plano financeiro no ano de 2018 observamos uma consolidação do equilíbrio financeiro que tem vindo a permitir a libertação de recursos com vista à melhoria da posição económica do STFPSN e criando valor para o futuro.

Ações desenvolvidas em 2018 Ao nível global

4 a 8/março – participação na Semana da Igualdade, promovida pela CIMH/CGTP-IN;

8/março – participação nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, promovida pela CGTP-IN;

14/março – participação na Ação Nacional de dirigentes e delegados sindicais, em Lisboa, frente à sede da CGTP-IN, seguida de desfile em MANIFESTAÇÃO até à Assembleia da República, pela revogação das normas mais gravosas da legislação laboral, tais como, o fim da caducidade das convenções coletivas de trabalho e a reintrodução do princípio do tratamento mais favorável;

28/março – participação na MANIFESTAÇÃO nacional de jovens trabalhadores, promovida pela Interjovem/CGTP-IN, contra a precariedade laboral e os baixos salários;

25/abril – participação nas comemorações do 25 de Abril, promovidas pela CGTP-IN;

1/maio – participação nas comemorações do 1º de Maio, promovidas pela CGTP-IN;

24/maio – participação na Tribuna Pública sob o lema Por melhores condições de vida dignas para quem trabalha e trabalhou, promovida pela IR-Porto/CGTP-IN;

9/junho – participação na MANIFESTAÇÃO nacional promovida pela CGTP-IN, em Lisboa, pelo aumento geral dos salários, pela valorização das carreiras profissionais, pelas 35 horas semanais para todos, pela melhoria das pensões de reforma e apoios sociais, por mais e melhores serviços públicos, pela valorização dos trabalhadores, por um Portugal de futuro, de progresso e justiça social;

6/julho – participação na MANIFESTAÇÃO / CONCENTRAÇÃO frente à Assembleia da República, contra as normas gravosas da legislação do trabalho, por melhores salários e condições de trabalho e de vida, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores;

15/novembro – participação na MANIFESTAÇÃO nacional promovida pela CGTP-IN, pelo aumento geral dos salários em 2019, pela revogação das normas mais gravosa da legislação laboral, pelo fim da precariedade do vínculo laboral, pela defesa e valorização do Serviço Nacional de Saúde, por uma Escola Pública inclusiva e por uma política fiscal justa;

Ao nível geral (Função Pública):

16/março – MANIFESTAÇÃO nacional da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, em Lisboa, pelo aumento de salários, pela recuperação das carreiras profissionais, pela erradicação da precariedade laboral e pelas 35 horas semanais para todos;

26/outubro – GREVE Geral na Administração Pública por um aumento real dos salários e pensões com um mínimo de 60 euros, pela atualização do salário mínimo na Administração Pública para 650 euros, pela revisão da tabela remuneratória única, pela reposição dos escalões de IRS, pela atualização do subsídio de refeição para 6,50 euros, pelo descongelamento das progressões, pela reposição das carreiras e conteúdos profissionais específicos, pela reposição dos valores do pagamento do trabalho suplementar, pela reposição dos dias de férias, pela aplicação do horário semanal de 35 horas a todos os trabalhadores que exerçam funções públicas, pela eliminação de todas as formas de precariedade na Administração Pública, pela reposição da forma de cálculo das pensões, pela preservação da ADSE como sistema público complementar de saúde e pela suspensão do atual processo de transferência de competências;

Ao nível setorial:

19/janeiro – CONCENTRAÇÃO nacional de trabalhadores do Ministério da Justiça, em Lisboa, pela reposição do vínculo de nomeação, pelo recrutamento de novos trabalhadores, pela revisão e valorização das carreiras profissionais e pela melhoria das condições de trabalho;

26/janeiro – ENCONTRO nacional de trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, em Lisboa, sob o lema Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores, por Salários Dignos, pelo Trabalho com Direitos, seguido de desfile até ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;

12/março – GREVE dos trabalhadores das Infraestruturas de Portugal, S.A., pelo aumento intercalar dos salários nos termos da proposta sindical, pela aplicação do Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRTC) a todos os trabalhadores independentemente da manutenção do vínculo;

22/março – CONCENTRAÇÃO dos trabalhadores das Infraestruturas de Portugal, S.A. frente ao Ministério do Planeamento e Infraestruturas;

27/março a 05/abril – GREVE dos trabalhadores Vigilantes da Natureza, pelo adiantamento das ajudas de custo para a deslocação em serviço, em dias sucessivos, nas operações de fiscalização, pela atribuição de condições de alojamento dignas e por condições de trabalho adequadas ao exercício de funções de fiscalização;

28/março a 02/abril – GREVE dos trabalhadores das carreiras de assistente técnico, de assistente operacional e de técnico superior do Instituto dos Registos e Notariado, I.P., pela integração na carreira dos registos e notariado e por salário igual para trabalho igual;

30 e 31/março – GREVE dos trabalhadores dos Museus, Palácios e Sítios Arqueológicos do Ministério da Cultura pelo pagamento do trabalho suplementar desde 2016, pela reposição do pagamento a 100% do trabalho realizado em dia feriado e fim-de-semana, pelo direito ao gozo do feriado na semana Santa; fim do recurso sistemático à contratação de trabalhadores com vínculos precários para satisfação de necessidades permanentes de serviço, integração nos mapas de pessoal dos trabalhadores com vínculo precário, entre outras reivindicações;

2/abril a 30/junho – GREVE dos trabalhadores da carreira da Inspeção das Pescas ao trabalho suplementar a fim de exigir do governo a negociação e subsequente aprovação da carreira especial de inspeção, exigir que as competências de investigação/fiscalização/inspeção fiquem exclusivamente sob a direção da Autoridade Nacional das Pescas e na Inspeção das Pescas em concreto, contra o novo projeto de carreira por não prever qualquer valorização salarial, por não resolver problemas existentes há vários anos, tais como, o da organização dos horários e duração de trabalho, o da compensação pelo trabalho prestado em missões a bordo e o regime de aposentação;

2/abril – GREVE dos trabalhadores das Infraestruturas de Portugal, S.A., pelo aumento intercalar dos salários nos termos da proposta sindical, pela aplicação do Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRTC) a todos os trabalhadores independentemente da manutenção do vínculo;

9 a 24/abril – GREVE dos trabalhadores do IPMA nomeadamente a prestar funções a bordo dos navios de investigação pela atribuição de um suplemento remuneratório diário para compensação do trabalho no mar (navios de investigação e da frota comercial), pela definição dos dias de compensação para descanso do pessoal embarcado, pela contagem do tempo de serviço no mar para efeitos de aposentação ou reforma;

12 a 24/abril – GREVE dos trabalhadores do IPMA nomeado para funções a bordo dos navios de investigação pela atribuição de um suplemento remuneratório diário, para compensação

30/abril a 5/maio – GREVE dos trabalhadores médicos veterinários e assistentes técnicos da DGAV, pela criação da carreira especial de inspetor sanitário, pelo fim do processo de municipalização da inspeção sanitária, pela aplicação do despacho nº 40-G/2017;

30/abril – GREVE dos trabalhadores do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE, contra a atuação do Conselho de Administração do Hospital no que respeita às consequências disciplinares para os trabalhadores que aderiram à greve;

2 a 18/maio – GREVE dos trabalhadores do IPMA nomeadamente a prestar funções a bordo dos navios de investigação pela atribuição de um suplemento remuneratório diário para compensação do trabalho no mar (navios de investigação e da frota comercial), pela definição dos dias de compensação para descanso do pessoal embarcado, pela contagem do tempo de serviço no mar para efeitos de aposentação ou reforma; Tendo em conta os compromissos assumidos pelo ministério da tutela em reunião negocial e que satisfizeram as reivindicações dos trabalhadores, a greve foi desconvocada a partir do dia 7 de maio;

4/maio – GREVE dos trabalhadores não docentes das Escolas da rede pública, pela reposição das carreiras especiais, pela valorização salarial, o fim do recurso ilegal ao emprego precário para funções de caráter permanente, a integração de todos os trabalhadores precários, uma nova portaria de rácios e o fim do processo de municipalização em curso;

21/maio – GREVE dos trabalhadores do Instituto dos Registos e Notariado, com CONCENTRAÇÃO junto ao IRN, em Lisboa;

30/maio – CONCENTRAÇÃO de trabalhadores Técnicos Especializados da Educação junto ao Ministério da Educação para exigir o fim do vínculo precário e a respectiva regularização no âmbito do PREVPAP;

6/junho – GREVE dos trabalhadores não docentes do Agrupamento de Escolas Cerco do Porto, contra a falta de pessoal nas escolas;

15/junho – GREVE nacional da Saúde, pela criação da carreira de Técnico Auxiliar de Saúde, contra a falta de pessoal, pelo pagamento do abono para falhas a todos os trabalhadores que manuseiem dinheiro ou valores, pela regularização do trabalho precário;

3/julho a 30/setembro – GREVE dos trabalhadores da carreira da Inspeção das Pescas ao trabalho suplementar;

20 a 22/julho – GREVE dos trabalhadores Guardas Florestais do SEPNA/GNR a fim de exigirem a atribuição dos suplementos remuneratórios de função e de escala, o descongelamento de progressões e promoções da carreira profissional e a abertura de concurso para a admissão de novos efetivos para a carreira;

21/setembro – GREVE dos trabalhadores não docentes da Escola Secundária Inês de Castro, contra a falta de pessoal nas escolas;

9/outubro – GREVE dos trabalhadores não docentes da Escola Secundária Alberto Sampaio, contra a falta de pessoal nas escolas;

15/outubro – CONCENTRAÇÃO nacional de trabalhadores Vigilantes da Natureza, pela valorização da carreira profissional e por melhores condições de trabalho;

31/outubro – GREVE dos trabalhadores das Infraestruturas de Portugal, S.A. pela rápida negociação colectiva em curso, pela atualização dos valores salariais sem a inclusão dos valores já acordados e aplicados em 2018;

2/novembro – GREVE dos trabalhadores não docentes da Escola Secundária D. Maria II, contra a falta de pessoal nas escolas;

24/novembro – PLENÁRIO nacional dos técnicos especializados do Ministério da Educação com objetivo de promover a discussão e definição de propostas de solução para a garantia da estabilidade de emprego e a criação de uma carreira profissional digna integrada na escola pública;

30/novembro – CONCENTRAÇÃO nacional de trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no Porto, por melhores salários e melhores condições de trabalho;

7/dezembro – GREVE dos trabalhadores das Infraestruturas de Portugal, S.A. pela rápida conclusão da negociação colectiva em curso, por aumento de salários para 2019, pela regularização dos vínculos laborais precários;

Outras Iniciativas:

18/abril – participação no Seminário sob o tema “O Papel da Administração do Trabalho na Promoção do Diálogo Social e Fomento da Contratação Coletiva”, promovido pela DGERT, na Universidade Católica do Porto;

20/abril – Assembleia-Geral de Associados para aprovação do Relatório de Atividades e Contas de 2017;

6/julho – participação político-sindical na sessão plenária sob o tema “O Intérprete na Atualidade”, do II Congresso dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, na ESSE, do IPP;

13/julho – participação no Encontro Sindical sobre “O Direito do Trabalho”, promovido pela CGTP-IN, na USP;

17/novembro – participação no XI Congresso da Confederação Portuguesa de Quadros Técnicos e Científicos;

20/novembro – participação no Seminário “Trabalho Digno e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, promovido pela Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN);

14/dezembro – Assembleia-Geral de Associados do STFPSN, para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2019.

Atividade Sindical

AÇÃO SINDICAL

GREVES	CONCENTRAÇÕES MANIFESTAÇÕES	REUNIÕES / VISITAS A LOCAIS TRABALHO	Nº PRESENCAS REUNIÕES / VISITAS	ASSEMBLEIAS DELEGADOS
23	11	1.335	9.619	1

SINDICALIZAÇÃO

NOVOS SÓCIOS	DESISTÊNCIAS	SÓCIOS ATIVOS	DELEGADOS ELEITOS	TOTAL DE DELEGADOS
1.044	798	13.182	186	758

Serviços

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Ações Realizadas (turmas)	PORTO	5
	BRAGA	2
	BRAGANÇA	0
	VIANA CASTELO	0
	VILA REAL	2
	TOTAL	9

Formandos (Sócios)	PORTO	109
	BRAGA	31
	BRAGANÇA	0
	VIANA CASTELO	0
	VILA REAL	30
	TOTAL	170

FORMAÇÃO PROFISSIONAL em parceria com o INOVINTER

SNC – AP – Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública	turmas	1
	formandos	22

PROTOCOLOS

Protocolos	Associados
Universidades	
Instituto Superior da Maia	25
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti	6
Universidade Lusíada	12
Universidade Lusófona	9
Universidade Portucalense	12
Universidade Popular do Porto	2
Instituto Superior de Línguas e Administração	3
SUB-TOTAL	69
Outros Protocolos	
Seguro de Saúde Fidelidade / Multicare	241
Outros	11
BP	1044
Solinca	1
SUB-TOTAL	1297
TOTAL	1366



BALANÇO 2018

Em Euros

CÓDIGO CONTAS	RUBRICAS	Dezembro 2018	Dezembro 2017
	ATIVO NÃO CORRENTE		
	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		
431+432	Terrenos e Edifícios	1.403.259,74	1.418.031,66
433	Equipamento Básico	25.126,18	28.691,62
434	Equipamento de Transporte	43.181,24	0,00
435	Equipamento Administrativo	49.318,31	54.001,16
	Total Ativos Fixos Tangíveis	1.520.885,47	1.500.724,44
453	Investimentos em Curso	0,00	0,00
	Total Activo Não Corrente	1.520.885,47	1.500.724,44
	ACTIVO CORRENTE		
242+245	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00
2321+2322	Adiantamentos a dirigentes e pessoal	6.007,86	5.529,31
278	Cauções	1.007,74	1.007,74
278+261	Outras Contas a Receber-Devedores diversos	41.408,53	41.848,24
2721	OCR (Devedores por Acréscimo de Rendimentos)	4.604,97	3.632,22
281	Diferimentos (Gastos a Reconhecer)	4.516,21	3.204,07
	Subtotal	57.545,31	55.221,58
	Caixa e Depósitos Bancários		
13	Depósito Prazo - Novo Banco	165.000,00	165.000,00
13	Depósito a Prazo- Montepio Geral	160.000,00	160.000,00
12	Depósitos à Ordem	174.165,66	125.684,49
11	Caixa	2.214,82	2.338,75
	Subtotal Caixa e Depósitos Bancários	501.380,48	453.023,24
	Total Activo Corrente	558.925,79	508.244,82
	TOTAL DO ACTIVO	2.079.811,26	2.008.969,26
	FUNDOS PATRIMONIAIS e PASSIVO		
	FUNDOS PATRIMONIAIS		
	Fundos, Reservas e Resultados		
511	Fundo Reserva p ^a Financ.Serviço Contencioso	192.637,98	192.637,98
512	Fundo Reserva Sindical	137.273,60	132.362,02
513	Fundo Campanha Sindicalização	0,00	0,00
55	Outras Reservas	1.518.877,47	1.500.209,70
	Subtotal	1.848.789,05	1.825.209,70
561	Resultados Transitados		0,00
562	Resultados Transitados (Ajustamento transição)		0,00
564	Correção Períodos Anteriores	-2.360,21	-978,56
818	Resultado Líquido	71.170,73	24.557,91
818	Subtotal	68.810,52	23.579,35
	Total dos Fundos Patrimoniais	1.917.599,57	1.848.789,05
	PASSIVO		
	PASSIVO NÃO CORRENTE		
29	Provisões	5.722,56	5.722,56
	Total Passivo Não Corrente	5.722,56	5.722,56
	PASSIVO CORRENTE		
221	Fornecedores C/C	1.578,18	7.533,00
248	Estado e outros entes públicos	25.485,09	27.279,46
282	Diferimentos (Rendimentos a Reconhecer)	0,00	0,00
278	Outras Contas a Pagar-Credores diversos	66.132,09	62.936,49
2722	OCP (Credores por Acréscimo de Gastos)	63.293,77	56.708,70
	Total Passivo Corrente	156.489,13	154.457,65
	TOTAL dos FUNDOS PATRIMONIAIS E do PASSIVO	2.079.811,26	2.008.969,26

CONTROLO ORÇAMENTAL 2018



Rubricas	Orçamento	Resultados	Desvio	Desvio %
Rendimentos				
Qtz Estatutárias	1.048.000,00	1.094.676,61	46.676,61	4,45%
Qtz Mapas Pessoal	935.000,00	968.289,55	33.289,55	3,56%
Qtz Individuais	8.000,00	9.210,57	1.210,57	15,13%
Qtz Débitos Diretos	105.000,00	117.176,49	12.176,49	11,60%
Regulamento Prestação de Serviços	2.000,00	4.303,15	2.303,15	115,16%
Aplicação Regulamento	2.000,00	4.303,15	2.303,15	115,16%
Total Qtz e Regulamento	1.050.000,00	1.098.979,76	48.979,76	4,66%
Comparticip. em Programas Financiados Estado	5.900,00	6.271,38	371,38	6,29%
Comparticip. Acções de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00%
Comparticip. Estágios Profissionais	5.900,00	6.271,38	371,38	6,29%
Outros Rendimentos	500,00	74,83	-425,17	-85,03%
Restituição Impostos	200,00	74,83	-125,17	-62,59%
Outros Rendimentos	300,00	0,00	-300,00	-100,00%
Rendimentos Financeiros	2.000,00	2.400,00	400,00	20,00%
Juros Obtidos	2.000,00	2.400,00	400,00	20,00%
Total Rendimentos	1.058.400,00	1.107.725,97	49.325,97	4,66%
Gastos				
Qtz e Iniciativas Mov Sindical	222.474,24	228.731,54	6.257,30	2,81%
Quotizações estatutárias	170.074,24	173.987,67	3.913,43	2,30%
Gastos Operacionais-CGTP	83.840,00	87.593,43	3.753,43	4,48%
Gastos Operacionais-FNSFP	83.840,00	84.000,00	160,00	0,19%
Confederação Quadros Técnicos	2.394,24	2.394,24	0,00	0,00%
Iniciativas Movimento Sindical	52.400,00	54.743,87	2.343,87	4,47%
Compç.pª União Sind Porto	32.488,00	33.941,20	1.453,20	4,47%
Compç.pª União Sind Braga	10.480,00	10.948,77	468,77	4,47%
Compç.pª União Sind Viana	4.192,00	4.379,52	187,52	4,47%
Compç.pª União Sind V.Real	3.144,00	3.284,63	140,63	4,47%
Compç.pª União Sind Bragança	2.096,00	2.189,75	93,75	4,47%
Acção Sindical	175.131,25	168.262,36	-6.868,89	-3,92%
Remunerações Orgãos Sociais	8.000,00	7.991,60	-8,40	-0,11%
Transporte, alojamento e refeições dirigentes sindicais	48.000,00	49.691,15	1.691,15	3,52%
Transporte, alojamento e refeições delegados sindicais	3.000,00	2.959,13	-40,87	-1,36%
Transporte alojamento e refeições associados	2.500,00	2.354,42	-145,58	-5,82%
Remunerações e encargos salariais com pessoal	22.391,61	22.916,73	525,12	2,35%
Trabalhos tipográficos	1.000,00	1.738,03	738,03	73,80%
Combustíveis com viaturas	16.000,00	11.057,53	-4.942,47	-30,89%
Jornais, revistas e publicações não oficiais	50,00	0,00	-50,00	-100,00%
Aparcamento e portagens de viaturas	9.250,00	10.504,71	1.254,71	13,56%
Aluguer viat ligeiras e autocarros	14.500,00	11.207,93	-3.292,07	-22,70%
Comunicações postais	8.500,00	7.208,74	-1.291,26	-15,19%
Telecomunicações (Telefone e Internet)	20.000,00	20.448,17	448,17	2,24%
Seguros viaturas	1.300,00	1.600,30	300,30	23,10%
Seguro acidentes pessoais colectivo	650,00	638,25	-11,75	-1,81%
Honorários com assessor Imprensa	11.489,64	11.489,64	0,00	0,00%
Conservação e reparação de viaturas	7.000,00	4.867,91	-2.132,09	-30,46%
Publicidade e propaganda	1.500,00	1.588,12	88,12	5,87%

CONTROLO ORÇAMENTAL 2018

Rubricas	Orçamento	Resultados	Desvio	Desvio %
Administração e Gestão	322.288,22	331.038,66	8.750,44	2,72%
Remunerações e encargos salariais com pessoal	247.828,18	236.681,08	-11.147,10	-4,50%
Indemnização Reestruturação Serviços	0,00	20.000,00	20.000,00	100,00%
Transporte, alojamento e refeições funcionários	1.250,00	1.313,45	63,45	5,08%
Electricidade	12.000,00	11.730,35	-269,65	-2,25%
Água	1.800,00	1.631,71	-168,29	-9,35%
Ferramentas	100,00	51,46	-48,54	-48,54%
Materal Escritório	7.500,00	7.706,96	206,96	2,76%
Rendas Instalações	11.040,00	11.040,00	0,00	0,00%
Seguros edifícios e recheio	1.500,00	1.464,31	-35,69	-2,38%
Honorários com serviços de informática	9.230,04	12.512,67	3.282,63	35,56%
Honorários e Serviços diversos	500,00	0,00	-500,00	-100,00%
Serviço de Limpeza das Instalações	8.750,00	8.466,86	-283,14	-3,24%
Conservação e reparação de imóveis	5.500,00	3.641,56	-1.858,44	-33,79%
Conservação equipamento administrativo e outro	3.200,00	2.972,31	-227,69	-7,12%
Conservação e reparação equip. informáticos	1.500,00	2.181,61	681,61	45,44%
Outros serviços - Imóveis - condomínios	400,00	273,75	-126,25	-31,56%
Aluguer Operacional Equipamento	5.040,00	4.384,34	-655,66	-13,01%
Materiais de higiene e limpeza	1.750,00	1.305,61	-444,39	-25,39%
Vigilância e segurança - contratos	1.400,00	1.449,83	49,83	3,56%
Impostos directos e Indirectos	2.000,00	2.230,80	230,80	11,54%
Juridico	234.890,03	233.456,72	-1.433,31	-0,61%
Remunerações e encargos salariais com pessoal	183.930,35	184.443,78	513,43	0,28%
Livros e documentação técnica	500,00	421,32	-78,68	-15,74%
Honorários advogados	42.959,68	45.022,96	2.063,28	4,80%
Custas Judiciais	7.000,00	2.485,23	-4.514,77	-64,50%
Transporte, alojamento e refeições do Juridico	500,00	1.083,43	583,43	116,69%
Outros Serviços aos Sócios	37.179,61	35.619,33	-1.560,28	-4,20%
Remunerações e encargos salariais com pessoal	12.729,61	12.576,91	-152,70	-1,20%
Formação financiada	0,00	0,00	0,00	0,00%
Formação Interna Sindicato	5.000,00	3.501,95	-1.498,05	-29,96%
Unicepe, UPP, Conselho Paz e Cooperação	1.650,00	1.507,50	-142,50	-8,64%
Edição da Revista do STFPSN	16.500,00	16.572,79	72,79	0,44%
Federação de Campismo e Associação Benéfica Emp.Comércio	1.300,00	1.460,18	160,18	12,32%
Outros Gastos	6.100,00	4.652,32	-1.447,68	-23,73%
Artigos para oferta	100,00	0,00	-100,00	-100,00%
Transporte mercadorias	100,00	0,00	-100,00	-100,00%
Donativos	750,00	310,00	-440,00	-58,67%
Multas fiscais e parafiscais	500,00	330,00	-170,00	-34,00%
Correções Períodos Anteriores	500,00	0,00	-500,00	-100,00%
Serviços bancários	4.150,00	4.012,32	-137,68	-3,32%
Gastos antes Depreciações, Imparidades e Provisões	998.063,35	1.001.760,93	3.697,58	0,37%
Resultado antes Depreciações Imparidades e Provisões	60.336,65	105.965,04	45.628,39	75,62%
Depreciações	29.904,71	34.794,31	4.889,60	16,35%
Total Gastos antes Congressos e Eleições	1.027.968,06	1.036.555,24	8.587,18	0,84%
Resultado antes Congressos e Eleições	30.431,94	71.170,73	40.738,79	133,87%
Gastos Congresso MSU	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total Gastos	1.027.968,06	1.036.555,24	8.587,18	0,84%
Resultado Líquido Período	30.431,94	71.170,73	40.738,79	133,87%
Investimentos	24.500,00	54.955,34	30.455,34	124,31%
Autofinanciamento (inclui investimentos)	35.836,65	51.009,70	15.173,05	42,34%

PROTOSCOLOS



Encontram-se disponíveis para consulta em www.stfpsn.pt os Protocolos de Colaboração celebrados entre o STFPSN e os demais Prestadores de Serviços, que vão desde os cuidados de saúde, educação, cultura, seguros, tempos livres, entre outros.

Destacamos os acordos estabelecidos recentemente:



D'ROSA – Serviço de Apoio Domiciliário
Rua 1º de Maio nº 180 4450-230 Matosinhos
Telef.: 229 370 424
Tele.: 919 025 034
Site: www.drosa.pt
E-mail: geral@drosa.pt



ENTRETERAPIAS
Urbanização Encosta de Parada, nº 50, loja Y
4585-295 Parada de Todeia
Contacto: 918908811
Facebook: @entreterapias.pt

Redução de 5% nos Serviços:
Psicologia clínica e da Saúde
Terapia da fala
Terapia ocupacional
Fisioterapia
Osteopatia
Nutrição
Acupuntura
Drenagem linfática manual



BOSCH CAR SERVICE - FILINTO MOTA BRAGA

Avenida de Sequeira, 20
4705-629 Braga
Telef.: 253 304 157
E-mail: allcar@boschcarservice.pt

A oficina Bosch Car Service - Filinto Mota Braga oferece descontos especiais a todos os sócios, colaboradores e membros do agregado familiar do Sindicato Dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte.

Desde 5% até 42% de redução.



Rua de Faria Guimarães nº 33, 2º andar frente.
4000-203, Porto
Telef.: 914 825 857
E-mail: info@pedacos-arte.com

Empresa de prestação de serviços ao nível de formação artística (desenho, pintura em tela, aquarela, tinta-da-china, pastel seco e pastel de óleo, etc).

Redução de 10% na realização de cursos/workshop's.



formação profissional

O STFPSN informa que foram abertas as inscrições para um conjunto de ações de formação disponibilizadas gratuitamente aos seus associados, com a finalidade de responder às v/ preocupações e necessidades formativas e consequente valorização profissional e pessoal.

Plano Formativo 2019

Designação	Carga Horária	Destinatários
Internet - navegação	14	Todos os Associados
Utilização do correio eletrónico (Outlook) e do Microsoft Word	18	Todos os Associados
Técnicas de comunicação persuasiva	14	Todos os Associados
Gestão de stress e emoções	14	Todos os Associados
Técnicas de análise comportamental e deteção da mentira	14	Todos os Associados
Trabalho em equipa	18	Todos os Associados
Sexualidade em contexto escolar	14	Associados que exercem funções nos estabelecimentos escolares
Atitudes assertivas em contexto escolar	18	Associados que exercem funções nos estabelecimentos escolares
SNC-AP – Aspetos teóricos	7	Associados que exercem funções nesta área
Segurança e saúde no trabalho	14	Todos os Associados
SIADAP para avaliados	7	Todos os Associados
O regime legal das mobilidades	7	Todos os Associados
O regime legal das faltas	7	Todos os Associados
O regime legal das carreiras: direitos, deveres e funções	7	Todos os Associados

a) As datas das ações de formação serão divulgadas posteriormente, assim que forem definidas as turmas, tendo por base as inscrições rececionadas.

Nota: A formação será realizada no local com o maior número de interessados/inscritos.

No que concerne aos trabalhadores em funções públicas e sociais não sócios que pretendam frequentar as ações de formação, aplicam-se as seguintes condições:

- Inscrição no Sindicato ou
- Pagamento de uma taxa de inscrição, cujo valor depende da duração do respetivo curso.
- Apreciação prévia de existência de vaga.

Informação para participação:

1ª) Período de inscrição

Os interessados deverão candidatar-se, impreterivelmente, **até ao dia 3 de maio de 2019**.

2ª) Modo de inscrição:

A ficha de inscrição nas ações de formação, encontra-se disponível em: **www.stfpsn.pt (Formação Profissional)**, podendo ser enviada por correio para o STFPSN (Rua Vasco Lobeira 47, 4249-009 Porto) ou por fax (número 225507257) ou ainda por e-mail (geral.porto@stfpsn.pt).

3ª) Local da ação:

O local de cada ação está condicionado ao número de inscrições. Assim, é fundamental preencher, na ficha de inscrição, o campo correspondente ao distrito onde pretende frequentar o curso.

4ª) Nº de participantes:

Todas as ações de formação têm um número limite de participantes, pelo que sugerimos o envio da candidatura com a maior brevidade possível. Se o número de inscritos for superior ao previsto, o STFPSN utilizará os seguintes critérios:

1º - Associados com as quotas em dia;

2º - Associados que não tenham frequentado ações de formação promovidas pelo STFPSN;

3º - Associados cuja categoria profissional e habilitações estejam adequadas ao curso a que se inscreve;

4ª - Antiguidade como associado do Sindicato.

5ª) Condições de participação:

A participação nas ações de formação será gratuita, não havendo lugar a qualquer pagamento por parte dos associados.

INSCREVA-SE NO



CENTRO QUALIFICA!

- Defina e implemente um projeto pessoal de qualificação escolar e profissional
- Aumente a sua escolaridade, através do RVCC Escolar
- Certifique as suas competências profissionais, através do RVCC Profissional e obtenha o diploma de certificação profissional, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações em várias áreas, como:

Ciências Informáticas

- Técnico/a de Informática - Sistemas
- Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes

Secretariado e Trabalho Administrativo

- Assistente Administrativo/a
- Técnico/a Administrativo/a
- Técnico/a de Secretariado

Serviços de Apoio a Crianças e Jovens

- Acompanhante de Crianças
- Técnico/a de Ação Educativa
- Técnico/a de Juventude

Trabalho Social e Orientação

- Agente em Geriatria
- Animador Sociocultural
- Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade
- Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade

O processo é desenvolvido ao longo de um conjunto de sessões durante as quais os/as candidatos/as são apoiados/as por técnicos/as e formadores/as. Os horários das sessões são flexíveis, adaptados às disponibilidades dos/as candidatos/as.

INFORMAÇÕES: Porto: paula.gouveia@inovinter.pt; 22 5390466

Braga: daniela.dantas@inovinter.pt; 253 331393

INSCRIÇÕES:

www.inovinter.pt (Centro Qualifica)

paula.gouveia@inovinter.pt (Porto); daniela.dantas@inovinter.pt (Braga)



EUGÉNIO ROSA ESTUDO

O aumento de trabalhadores da função pública durante o governo de Costa apenas compensou um terço da destruição do PSD/CDS e o poder de compra dos trabalhadores em 2018 ainda era inferior em 18,8% ao de 2010.

A Direção Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) acabou de publicar as estatísticas do emprego e das remunerações dos trabalhadores das Administrações Públicas referentes ao 4º trimestre de 2018. É por isso já possível fazer um balanço do que representou para a Administração Pública as políticas dos governos de Sócrates, do PSD/CDS e do Governo PS com o apoio dos partidos da esquerda. É o que vamos fazer utilizando a linguagem objetiva dos dados oficiais da DGAEP.

O AUMENTO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA DURANTE GOVERNO PS/COSTA APENAS COMPENSOU 35% DA DESTRUIÇÃO FEITA PELO GOVERNO PSD/CDS

O quadro 1 mostra a variação dos trabalhadores das Administrações Públicas (Central, Local e Regional) durante os governos do PSD/CDS e do PS/Costa segundo a DGAEP.

Entre 2011 e 2015, com o governo PSD/CDS, registou-se uma redução muito significativa do número de trabalhadores das Administrações Públicas (-68.682) sendo as categorias mais atingidas pela redução, a dos assistentes técnicos e assistentes operacionais (-33.716) e a dos professores (-22.845) o que causou a degradação dos serviços públicos ainda sentida atualmente pelos portugueses até porque só foi em parte revertida. Durante o governo do PS/Costa, o número de trabalhadores aumentou em 24.366, ou seja, apenas 35,4% da redução feita pela governo PSD/CDS, portanto claramente insuficiente para as necessidades.

Quadro 1 – Variação do número dos trabalhadores das Administrações Públicas-2011/18

CARGO / CARREIRA / GRUPO	Nº TRABALHADORES ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS			VARIAÇÃO Nº TRABALHADORES	
	31-dez-2011	31-dez-2015	31-dez-2018	2011/2015 PSD/CDS	2015/2018 PS/Costa
Total	727 785	659 103	683 469	-68 682	24 366
Representantes do poder legislativo (a)	3 165	2 217	2 362	-948	145
Dirigente superior:	1 933	1 617	1 658	-316	41
Dirigente Superior de 1.º grau	738	609	609	-129	0
Dirigente Superior de 2.º grau	1 195	1 008	1 049	-187	41
Dirigente intermédio:	11 019	9 385	10 435	-1 634	1 050
Dirigente intermédio de 1.º grau	3 117	2 551	2 665	-566	114
Dirigente intermédio de 2.º grau	5 144	4 860	5 381	-284	521
Dirigente intermédio de 3.º e mais graus	2 758	1 974	2 389	-784	415
Técnico Superior	58 132	58 093	65 116	-39	7 023
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo	97 952	85 241	86 092	-12 711	851
Assist. operac., operário, auxiliar, aprend. e pratic.	173 609	152 604	155 412	-21 005	2 808
Informático	5 195	4 937	5 067	-258	130
Magistrado	3 804	3 866	3 844	62	-22
Diplomata (d)	372	377	382	5	5
Pessoal de Investigação Científica	1 816	1 349	1 682	-467	333
Docente Ensino Universitário	13 997	13 977	14 949	-20	972
Docente Ensino Superior Politécnico	9 694	8 870	10 120	-824	1 250
Educ. Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	151 170	129 169	134 619	-22 001	5 450
Pessoal de Inspeção	1 731	1 583	1 681	-148	98
Médico	25 049	26 743	29 238	1 694	2 495
Enfermeiro	42 769	41 830	46 142	-939	4 312
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	8 935	8 636	9 319	-299	683
Técnico Superior de Saúde	1 913	1 878	1 873	-35	-5
Administ. Tributária e Aduaneira	9 926	9 454	9 292	-472	-162
Conservador e Notário	682	614	595	-68	-19
Oficial dos Registos e do Notariado	4 568	4 046	3 938	-522	-108
Oficial de Justiça	8 095	7 634	7 798	-461	164
Forças Armadas	34 514	29 178	26 800	-5 336	-2 378
Polícia Judiciária	2 318	2 210	2 128	-108	-82
Polícia de Segurança Pública	21 934	21 406	20 196	-528	-1 210
Guarda Nacional Republicana	22 899	22 781	22 483	-118	-298
Serviço Estrangeiros Fronteiras	756	742	805	-14	63
Guarda Prisional	4 312	4 082	4 338	-230	256
Outro Pessoal de Segurança	1 990	1 403	1 273	-587	-130
Bombeiro	2 264	2 044	2 341	-220	297
Polícia Municipal (e)	1 272	1 137	1 491	-135	354

Fuentes: DGAEP - SIOE (dados disponíveis em 04-02-2019); DGAEP/DIOEP

PODER DE COMPRA MÉDIO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA EM 2018 AINDA ERA INFERIOR EM 18,8% AO DE 2010 (tenha presente que são valores médios e não o recebido por cada trabalhador)

O quadro 2 mostra a variação das remunerações (ganho médio) da Função Pública 2011/18

No período 2011/2015 (tenha-se presente que as remunerações de 2011 superiores em 1.500€ constantes do quadro já tinham sofrido o corte feito pelo governo de Sócrates que variava entre 3,5% e 10%, em média 5%, portanto as sem cortes de 2010 são as de 2017) com o governo do PSD/CDS, portanto em 4 anos, registou-se uma subida no ganho médio de apenas 1,1% (na maioria das categorias profissionais até se verificou uma redução como também mostram os dados da DGAEP do quadro anterior). Entre 2015 e 2017, com o governo do PS apoiado pelos partidos da esquerda, verificou a reposi-

ção dos cortes feitos pelo governo de Sócrates e do PSD/CDS, tendo-se verificado um aumento médio de 6,3% nas remunerações, embora variando muito de categoria profissional para categoria profissional como mostram dados do quadro, respondendo portanto o valor dos salários nominais de 2010. Entre 2017 e 2018, verificou-se um aumento determinado pelo descongelamento das carreiras mas muito reduzido: apenas de 1,1% inferior à inflação registada.

Se comparamos a remuneração média líquida de 2018 a preços de 2010 com a remuneração líquida de 2010, conclui-se que a de 2018 é inferior à de 2010 em 18,8%. Esta redução do poder de compra médio dos trabalhadores da Função Pública em 18,8% resulta do efeito conjugado da subida da taxa de desconto para ADSE (passa de 1,5% para 3,5%); do enorme aumento do IRS que ainda não foi totalmente revertido, e ainda do aumento de preços neste período (+10,7%)

Quadro 2- Ganhos médios na Administração Pública (Central, Local e Regional) – 2011/18

CARGO / CARREIRA / GRUPO	GANHO MÉDIO MENSAL ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS				VARIACÃO DO GANHO MÉDIO		
	outubro 2011	outubro 2015	outubro 2017	outubro 2018	2011/2015 PSD/CDS	2015/ 2018-PS	2017/ 2018 - PS
Total	1 602 €	1 620 €	1 693 €	1 722 €	1,1%	6,3%	1,7%
Represent. do poder legislat. e de órgãos executivos	2 806 €	3 048 €	3 369 €	3 371 €	8,6%	10,6%	0,1%
Dirigente superior:	4 278 €	4 465 €	4 864 €	4 867 €	4,4%	9,0%	0,1%
Dirigente Superior de 1.º grau	4 545 €	4 712 €	5 087 €	5 151 €	3,7%	9,3%	1,3%
Dirigente Superior de 2.º grau	4 108 €	4 312 €	4 726 €	4 697 €	5,0%	8,9%	-0,6%
Dirigente intermédio:	2 886 €	2 990 €	3 171 €	3 177 €	3,6%	6,3%	0,2%
Dirigente Intermédio de 1.º grau	3 574 €	3 652 €	3 886 €	3 916 €	2,2%	7,2%	0,8%
Dirigente Intermédio de 2.º grau	2 874 €	2 940 €	3 131 €	3 157 €	2,3%	7,4%	0,8%
Dirigente Intermédio de 3.º e mais graus	2 195 €	2 222 €	2 384 €	2 396 €	1,2%	7,9%	0,5%
Técnico Superior	1 807 €	1 779 €	1 812 €	1 826 €	-1,5%	2,6%	0,8%
Assist. técnico, técnico nível interm., administrativo	1 056 €	1 045 €	1 062 €	1 085 €	-1,1%	3,9%	2,2%
Assist. operac., operário, auxiliar; aprend. e pratic.	763 €	742 €	781 €	804 €	-2,7%	8,3%	3,0%
Informático	1 826 €	1 853 €	1 918 €	1 956 €	1,4%	5,6%	1,9%
Magistrado	4 805 €	5 285 €	5 710 €	5 838 €	10,0%	10,5%	2,2%
Diplomata (d)	8 706 €	8 570 €	10 144 €	9 583 €	-1,6%	11,8%	-5,5%
Pessoal de Investigação Científica	3 180 €	3 243 €	3 432 €	3 438 €	2,0%	6,0%	0,2%
Docente Ensino Universitário	3 285 €	3 387 €	3 649 €	3 676 €	3,1%	8,5%	0,7%
Docente Ensino Superior Politécnico	2 746 €	2 930 €	3 184 €	3 238 €	6,7%	10,5%	1,7%
Educ.Infância e Doc. do Ens. Básico e Secundário	2 042 €	2 077 €	2 121 €	2 140 €	1,7%	3,1%	0,9%
Pessoal de Inspeção	2 418 €	2 410 €	2 550 €	2 546 €	-0,4%	5,7%	-0,1%
Médico	3 786 €	3 422 €	3 630 €	3 737 €	-9,6%	9,2%	2,9%
Enfermeiro	1 569 €	1 513 €	1 548 €	1 640 €	-3,5%	8,4%	6,0%
Téc. Diagnóstico e Terapêutica	1 449 €	1 385 €	1 395 €	1 437 €	-4,4%	3,8%	3,1%
Técnico Superior de Saúde	2 037 €	2 020 €	2 077 €	2 136 €	-0,9%	5,8%	2,9%
Administ.Tributária e Aduaneira	2 030 €	1 981 €	2 092 €	2 133 €	-2,4%	7,7%	2,0%
Conservador e Notário	3 904 €	3 625 €	4 050 €	4 294 €	-7,2%	18,5%	6,0%
Oficial dos Registos e do Notariado	2 014 €	1 993 €	2 083 €	2 118 €	-1,1%	6,3%	1,7%
Oficial de Justiça	1 640 €	1 587 €	1 604 €	1 590 €	-3,3%	0,2%	-0,8%
Forças Armadas	1 505 €	1 517 €	1 606 €	1 652 €	0,8%	8,8%	2,8%
Polícia Judiciária	2 213 €	2 164 €	2 289 €	2 305 €	-2,2%	6,5%	0,7%
Polícia de Segurança Pública	1 647 €	1 810 €	1 893 €	1 879 €	9,9%	3,8%	-0,7%
Guarda Nacional Republicana	1 556 €	1 650 €	1 689 €	1 658 €	6,1%	0,5%	-1,9%
Serviço Estrangeiros Fronteiras	2 669 €	2 781 €	2 881 €	3 001 €	4,2%	7,9%	4,2%
Guarda Prisional	1 769 €	1 809 €	1 841 €	1 896 €	2,3%	4,8%	3,0%
Outro Pessoal de Segurança	1 499 €	1 580 €	1 735 €	1 745 €	5,4%	10,5%	0,6%
Bombeiro	1 541 €	1 449 €	1 579 €	1 566 €	-6,0%	8,1%	-0,9%
Polícia Municipal	1 400 €	1 369 €	1 513 €	1 557 €	-2,2%	13,8%	2,9%

Fuentes: DGAEP - SDE (dados disponíveis em 04-02-2019); DGAEP/DEEP



45 ANOS DA REVOLUÇÃO

**ABRIL É
O NOSSO
FUTURO
MAIO A
NOSSA
LUTA.**